

Espanha no tempo da América imaginária

Ana Raquel Portugal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PORTUGAL, AR. *O ayllu andino nas crônicas quinhentistas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 208 p. ISBN 978-85-7983-000-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2

ESPAÑA NO TEMPO DA AMÉRICA IMAGINÁRIA

Para compreendermos as diferentes representações do *ayllu* andino nas crônicas quinhentistas, necessitamos conhecer as raízes culturais dos europeus que arribaram em terras americanas. Para tanto, precisamos ter em conta que a Espanha do século XV era marcada por traços do medievo europeu e ao mesmo tempo estava à beira de renovações econômicas, culturais e políticas, que se fariam sentir nos séculos posteriores.

O medievo europeu

Na Europa dos séculos XI a XIII, houve grande desenvolvimento agrícola e comercial, pois a produção de cereais cresceu, ocasionando um aumento de mercados e feiras e também a ampliação da circulação monetária. No século XII, surgiram as primeiras cidades que atingiram seu auge durante o século XIII. O crescimento populacional em demasia provocou uma crise alimentar, pois os produtos agrícolas não eram suficientes para abastecer todas as regiões, provocando a busca por tais produtos em outros mercados, a preço mais alto.

Nos séculos XIV e XV, instalou-se a crise do modo de produção feudal, pois os períodos de fome (1315-1317 e 1346-1347) acarreta-

ram sucessivas doenças. A peste negra (1347-1351) e as guerras que ocorreram nesse período, como a dos Cem Anos (1337-1453), provocaram a diminuição populacional na Europa (Monteiro, 1987, p.74).

Essa crise gerou a necessidade de expansionismo, levando à busca de novas terras e novos mercados que atendessem à demanda das cidades e do comércio. Com os descobrimentos do século XV, ocorreu uma grande transformação nas concepções de tempo e espaço, pois apareceu o relógio, que serviu para controlar todas as atividades cotidianas. No início, ele despertou desconfiança e ninguém queria se submeter a uma máquina, pois a luz e os sinos dividiam muito sabiamente o dia e a noite (Silva, 1991, p.46).

Durante a Idade Média, ninguém se preocupava em medir o tempo, pois isso cabia a Deus. O homem desse período explicava os acontecimentos cotidianos como desígnios divinos. Com o surgimento dos mercadores, passou-se a necessitar de um controle do tempo e também do espaço, pois, conforme a distância a que ficassem os mercados, mais tempo se perderia e o objeto mercantil, o lucro, diminuiria.

Jacques Le Goff (1980), ao analisar a concepção de tempo na Idade Média, fez uma diferenciação entre o “tempo da Igreja”, regido pelo sino e pela oração, e o “tempo do mercador”, que tinha o relógio para sua orientação. Gerou-se, nesse período, um conflito entre a Igreja e os mercadores, pois esta acusava os mercadores de utilizar o tempo como objeto de lucro, e, no entanto, segundo a Igreja, o tempo pertencia a Deus.¹

O conhecimento do espaço físico, geográfico e cartográfico foi de grande valia para facilitar as navegações a locais distantes, pois, tendo o controle da distância a ser percorrida, os navegadores po-

1 “O conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se em plena Idade Média, como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão da alteração das estruturas e das práticas econômicas” (Le Goff, 1980, p.45).

diam calcular o tempo necessário para realizar a viagem e, conseqüentemente, saber a quantidade de produtos necessários para o abastecimento da tripulação.

Esse período foi marcado pelas grandes viagens, e seus relatos propagaram-se por toda a Europa graças ao aparecimento da imprensa, fazendo que o homem dessa época passasse a sonhar com as maravilhas encontradas em outras partes do mundo.

As principais características dos navegadores dessa época eram a honra, a religiosidade, o fascínio por novidades, bem como o espírito de guerreiro, conquistador e herói. Esses homens estavam a serviço de Deus e de seu rei, e, por isso, seus espíritos aguerridos eram insuflados pela fé que os movia.

Nesse período, o tempo ainda era “controlado por Deus”, ou seja, não importava quanto tempo se levaria numa viagem dessas, pois tudo era demarcado pela extensão do percurso. Por vezes, tais aventureiros nem sequer sabiam se algum dia retornariam às suas cidades, a curiosidade os levava para longe, o anseio por libertar-se do mundo feudal, a busca do romance cavaleiresco, do exuberante, isso bastava para que saíssem mar afora.

Eram homens de extrema coragem, pois nesse período não se buscava o “paraíso” sem temer o que poderia acontecer.² Uma extraordinária força de vontade movia os descobridores renascentistas. Para uns, o mar representava um desafio; para outros, o medo. Mesmo assim, um grande número de aventureiros cruzou os mares, apesar da forte crença que os acompanhava de que o mar era o lugar de medo, da morte e da demência, onde habitavam demônios e monstros, e essa ideia não se modificou até as vitórias da técnica moderna (Delumeau, 1989, p.50-1).

2 “No final da Idade Média, o homem do Ocidente continua prevenido contra o mar não apenas pela sabedoria dos provérbios, mas também por duas advertências paralelas: uma expressa pelo discurso poético, a outra pelos relatos de viagens [...]” (Delumeau, 1989, p.42).

Por trás dessas crenças legendárias ou desses exageros assustadores, adivinha-se o medo do outro, isto é, de tudo que pertence a um universo diferente. Por certo, os aspectos extraordinários que eram atribuídos aos países distantes podiam também constituir um atrativo poderoso. A imaginação coletiva da Europa na Idade Média e na Renascença inventava, para além dos mares luxuriantes e luxuosos, paraísos cujas miragens arrancaram para fora dos horizontes familiares descobridores e aventureiros. O distante – o outro – foi também um ímã que permitiu à Europa sair de si mesma [...] (ibidem, p.54)

Os movimentos considerados inauguradores da Idade Moderna – o Renascimento, o protestantismo, os descobrimentos e a centralização – são medievais. Conforme as afirmações de Hilário Franco Júnior (1992), o primeiro buscou os modelos culturais clássicos já conhecidos na Idade Média. O protestantismo não passou de uma heresia que deu certo. Os descobrimentos também tinham suas bases medievais nas técnicas náuticas (construção naval, bússola, astrolábio, mapas), na motivação (trigo, ouro, evangelização) e nas metas (Índias, Reino de Preste João). Colombo, por exemplo, é considerado pelo autor um homem medieval, pois tinha por objetivo a difusão do cristianismo, acima da busca do ouro. Apenas necessitava dele para realizar uma cruzada a Jerusalém. Queria chegar ao Oriente, pois para ele era lá que estava o paraíso terrestre. A centralização política era a conclusão de um objetivo perseguido por monarcas medievais (ibidem, p.170-2). O homem do Renascimento tinha muitas características medievais, como acabamos de analisar, porém foi nesse período que surgiram as utopias que retratam o anseio por uma sociedade diferente.

As Utopias da Renascença, por ex. Thomas Morus, a ilha Utopia, Campanella, a Cidade do Sol, ou a de Bacon, Nova Atlântida, deixam bem claro a influência de novas idéias filosóficas que estão surgindo, o aparecimento do Estado nacional e o descobrimento de novos mundos. A tudo isso, poder-se-á acrescentar que o aparecimento de uma nova consciência social teria sido impossível sem o insurgimento dos camponeses e burgueses contra o feudalismo. Face à nova forma de expressão

de utopias, tais como o gênero literário da sátira, descrição de fantásticas viagens por outros recantos do mundo, como uma forma de expressar os projetos críticos de uma nova sociedade. (Sidekum, 1993, p.21)

Essas aspirações do homem renascentista de encontrar um paraíso terrestre impulsionaram cada vez mais os descobrimentos. O homem se voltou para o mar, a cidade tornou-se, acima de tudo, uma poderosa máquina econômica inteiramente voltada para o mar, e o século XV transformou-se no “século do mar” (Attali, 1991, p.64, 70).

A importância de encontrarem-se novas terras cresceu, e os mercadores foram expandindo seus negócios. Nesse período, imaginava-se o mundo tripartido, mas surge uma quarta parte, a América. Quando Colombo aporta em 1492 em terras americanas, gera-se uma grande mudança mental e econômica na Europa.

Antes de ser descoberta, segundo Edmundo O’Gorman (1992), a América já havia sido inventada, pois há muito os europeus aspiravam por um local onde pudessem concretizar seus planos, como comprovam as utopias da Renascença.

O mercantilismo, “conjunto de idéias, seguido de uma prática política e econômica desenvolvida pelos Estados europeus na Época Moderna” (Prodanov, 1990, p.14), é amplamente difundido com o descobrimento. Não queremos afirmar com isso que o descobrimento da América se deu por motivos puramente econômicos. Os mercadores financiaram a realização dessa empresa e tinham por objetivo conseguir ouro e outras riquezas, mas, por trás do interesse econômico, estava uma grande mudança de mentalidade. Como apresenta Janice Theodoro da Silva (1987, p.13), os “descobrimientos representavam uma grande oportunidade para os povos ibéricos concretizarem seus sonhos, construindo, reproduzindo e assimilando na América todo o processo cultural de que eram originários”.

Segundo Elliot (1987, p.193), foi a escassez de metais preciosos na Europa de fins do século XV que impulsionou as aventuras coloniais, e os conquistadores foram recompensados, pois já nos primeiros anos haviam encontrado ouro nas Antilhas.

Existem diferentes teorias sobre os motivos que levaram os europeus a se aventurar pelo mar em busca de novas terras: uns apontam o fator econômico como principal força motriz, e outros, a mudança da mentalidade europeia, que via nos descobrimentos uma forma de realizar suas aspirações de ascensão social, de enriquecer e viver mais dignamente.

As comunidades camponesas nos reinos de Fernando e Isabel

Depois de apresentarmos um panorama da situação europeia na Idade Média e início dos tempos modernos, faremos uma incursão pela história da Espanha para entender as concepções tidas pelos cronistas que descreveram o mundo andino. Como no capítulo anterior mostramos que era natural no processo de alteridade a utilização de conceitos familiares para explicar algo alheio, faz-se necessária agora a compreensão da ideia de comunidade tida por espanhóis, já que, por vezes, foi esta a que empregaram na representação do *ayllu*. Sabemos ainda que o *ayllu* colonial está representado numa confluência de discursos, portanto não descartamos o posicionamento indígena nem de espanhóis, que sabiam *quechua* e conseguiram apreender esse mundo. De qualquer maneira, de acordo com a história colonial peruana, o *ayllu* acabou sendo resultado das práticas culturais legitimadoras da preponderância espanhola e também dos distintos discursos propagados pelos cronistas.

Entender a concepção de comunidade rural nos reinos espanhóis durante a Idade Média é uma tarefa árdua, por causa da diversidade de regiões existentes sob o controle de distintas coroas e da quantidade de temas a abordar. Em razão disso, é necessário nos reportarmos ao final da Idade Antiga para delinear uma conjuntura histórica, que nos esclareça sucintamente que tipo de comunidade pode ser encontrada no medievo espanhol. Por causa da dificuldade apresentada, trataremos a comunidade de forma sucinta e genérica, não nos aprofundando em conjecturas de concei-

tualização regional, pontuando apenas com alguns exemplos, quando necessário.

O processo econômico de ruralização no Baixo Império Romano

Durante o século III, o Império Romano vivia uma crise que afetou o âmbito econômico, cultural, político e militar da sociedade. Por ser a civilização romana sedimentada no bom funcionamento da cidade, como centro de decisões não só políticas, mas também econômicas, com a crise geral durante o Baixo Império, essas cidades entraram em decadência. Com a debilidade da urbe, ocorreu o fenômeno de ruralização e a economia agrária passou a prevalecer.

Essa mudança radical no sistema econômico do Império leva a modificações populacionais, pois o povo que vivia na cidade se transfere em massa para o campo. Desse modo, as transformações ocorrem com a estrutura de propriedade e também nos sistemas de produção, afetando o grupo de camponeses de tal forma que dessa realidade se originará o estereótipo de camponês medieval.

Como a agricultura foi uma importante fonte de renda para o Estado romano, nada mais coerente do que o aparecimento de uma série de leis destinadas a facilitar o acesso à terra, que, obviamente, tinham também a finalidade de conseguir uma maior produtividade e um aumento de impostos recolhidos. Essa política se deu graças à abundância de terras incultas – *saltus* – em relação às que eram produzidas – *ager*. Assim, era possível lograr um terreno inculto pelo simples fato de se passar a cultivá-lo, adquirindo o chamado *possessio*, que era o direito de usufruto sobre essa terra para sempre, mesmo quando tal área tivesse um dono. Também era possível adquirir a propriedade plena, *proprietas*, desde que se cultivasse essa terra por mais de trinta anos. Essas facilidades poderiam ter proporcionado o surgimento de uma grande quantidade de pequenas e médias propriedades, mas essa política estatal não obteve êxito, pois acabou por beneficiar a aquisição maciça de terras por parte dos grandes latifun-

diários, que, com o desaparecimento do mundo comercial e artesanal, passaram a investir em terra. O mundo rural dessa época apresenta uma grande concentração de terras e a necessidade de muita mão de obra. Foi quando o sistema produtivo clássico romano, o escravismo, começou a ser substituído paulatinamente pela mão de obra de colonos. Os escravos apresentavam baixa produção porque não tinham motivos para se dedicar a uma tarefa da qual não tiravam nenhum proveito. Era cada vez mais escasso o número de escravos por causa da falta de guerras, que propiciavam a renovação do número de pessoas necessárias à agricultura, e também porque a população não podia mais ser escravizada em virtude de dívidas. Dessa forma, o número de escravos disponíveis era insuficiente para atender à demanda da ruralização. O estatuto do escravo passou por modificações, o que melhorou sua situação, a partir do momento em que este podia se converter em um agricultor permanente de uma terra, terminando com a economia escravista clássica, pois seu sistema produtivo não se baseava só nesse grupo (Fernández, 1999, p.9-18).

O *patronato* e o futuro aparecimento da *behetría* em Castela

Com o declínio da escravidão no Baixo Império, outro grupo camponês foi afetado, o dos colonos que eram livres, mas sujeitos à tributação e ao recrutamento militar por parte do Estado. Esse grupo também não tinha grandes direitos, e, com a crise geral, sua situação se agravou, pois, por qualquer motivo, esses colonos ficavam endividados e eram obrigados a se converter em serviços de grandes proprietários. É nesse momento que surge uma nova instituição, o *patronato*. Por meio dela, os colonos tornam-se dependentes da proteção de grandes senhores de terra que os defendam da opressão fiscal e militar do Estado. Os proprietários de terra lucram com esse sistema, pois podem exercer um controle sobre um maior número de homens para a produção e, muitas vezes, conseguem adquirir novas propriedades, já que os pequenos colonos que se submetiam à

sua proteção vendiam seu pedaço de terra ao senhor, e, na maioria das vezes, essa venda era fictícia.

Esse sistema causou o aparecimento de uma economia paralela que escapava ao controle do Estado e que só beneficiava os grandes proprietários, que não mais pagavam impostos e cada vez contavam com mais mão de obra. Passaram a contar, inclusive, com um exército particular para defendê-los contra as pretensões das autoridades imperiais. O resultado desse processo foi a diminuição das classes médias camponesas e a divisão social e econômica em dois grupos: poderosos e camponeses.

Com as grandes invasões do século V, que não causaram grandes danos na zona rural, houve um processo de assimilação entre romanos e germanos, que passaram a compartilhar o espaço econômico, fazendo surgir dois modelos de produção agrícola. O modelo romano era basicamente dedicado à produção agrária em um espaço disperso e o germânico tinha como característica a presença do bosque e do povoamento em aldeias com economia essencialmente agropecuária. O modelo germânico de propriedade familiar se contrapôs à antiga propriedade individual tipicamente romana. Mesmo assim, eram duas sociedades agrárias, uma pela origem e outra pela degradação da economia urbana, e as duas desenvolveram instituições sociais semelhantes que intensificavam a dependência pessoal, e, assim, o sistema de *patronato* romano se aliou ao de *clientela* germânico.

Os membros das comunidades de aldeia surgidas nesse período usufruíam coletivamente do uso de moinhos, da água, zonas de pesca, e não se conhece ao certo o tipo de vínculo de parentesco que mantinham entre si. Sua característica, sem dúvida, era a vida comunal, e há indícios de que essas comunidades eram compostas por famílias extensas, com filiação patriarcal, mas não raro apareciam também grupos matriarcais. Havia uma tendência maior a uma segmentação de linhagens e à difusão da família conjugal. Sabe-se, no entanto, que essas comunidades permitiam em seu seio a presença de indivíduos oriundos de outras comunidades, os quais poderiam ser simples colonos ou ter ingressado nessa comunidade por meio

do matrimônio. Para além da importância do parentesco na formação dessas comunidades, o território era fundamental para a manutenção desse grupo e era composto pela aldeia propriamente dita e por terras agrícolas, zonas de pastos e, em certas ocasiões, bens próprios, como a igreja (Pastor, 1984, p.94-103).

Durante os séculos V, VI e VII, esse mundo rural resultante da mescla de traços romanos e germânicos foi evoluindo e causou o surgimento de novos tipos de proprietários, como a Igreja e a realeza, mas a estrutura de propriedade se manteve intacta. A produção da terra seguiu a fórmula usada nas *villas* romanas, ou seja, o uso de mão de obra por estações ou a cessão de pequenos lotes de terra a camponeses para que os cultivassem. Essa realidade fez que a situação dos camponeses piorasse cada vez mais, pois estavam subjugados pelos grandes proprietários de terras. Durante o Baixo Império, por causa da instituição do *patronato*, tais homens foram obrigados a tentar escapar das pressões do Estado convertendo-se em serviçais, porém, depois das invasões e com o desaparecimento do *patronato*, desapareceu também o conceito de cidadão, pois os camponeses se encontravam numa situação de extrema insegurança, não podiam contar com uma instituição política que os defendesse, opressora que fosse, e caíam em uma irremediável dependência pessoal.

Nesse contexto, surge uma nova instituição, a *encomendación*, que era uma forma jurídica em que o camponês desamparado se colocava sob proteção de um grande proprietário de terra, e, em troca, este senhor lhe entregava um lote de terra para seu usufruto. Essa instituição nada mais é que uma junção das tradições romana e germânica, ou seja, do *patronato* e da *clientela*. Esses homens juridicamente eram livres, pois, na verdade, a *encomendación* não passava de uma solicitação de proteção pessoal.

No reino de Castela, durante a Alta Idade Média, a *encomendación* adquiriu características singulares, e a entrada nesse tipo de dependência se deu em melhores condições do que para o resto dos camponeses europeus. Ocorreu a chamada *encomendación de benefactoría* (de *bene facere* = fazer bem), que mais tarde será conhecida como *behetría*. A principal característica dessa instituição era a liberdade

de movimento que tinha o encomendado, que podia romper o vínculo pessoal em qualquer momento e escolher um novo senhor. Os camponeses que procuravam a proteção dos grandes senhores entregavam a estes todos ou parte de seus bens, mas não necessariamente perdiam sua liberdade. Ao longo dos séculos XI, XII e XIII, a situação desses homens e aldeias foi se modificando, já não era tão fácil eleger o próprio senhor. Os camponeses que detinham o domínio sobre a maior parte das terras da localidade podiam eleger o seu senhor, que obrigatoriamente tinha de ser fidalgo, com grande poder e possuir ou não terras na região, o que, às vezes, era difícil de acontecer. Assim apareceram as *behetrias* de mar a mar, entre parentes e de linhagens.

Esse processo gerou, já no século XIV, uma patrimonialização da *behetria* em poder de algumas linhagens da nobreza. O *ordenamento de Alcalá* de 1348 proibiu legalmente que homens de *behetrias* alienassem suas propriedades ao poder de gente que não estivesse submetida às mesmas obrigações locais, o que representava para os camponeses a perda da propriedade real da terra. Desde então, um só senhor podia controlar toda a aldeia de *behetria*. Depois de alguns conflitos, a condição dos homens de *behetrias* foi equiparada à de vassalo *solariego* (Artola, 1991, p.143), ou seja, esses homens ficaram subordinados ao poder de um só senhor, para o qual deveriam prestar serviços. Apesar disso, os homens de *behetria* continuaram tendo liberdade jurídica.

Durante o período inicial do feudalismo, prevalecem as pequenas e médias propriedades de grupos que lutam para escapar de uma possível dependência em relação aos grandes. Fossier (1996) provou que havia propriedades em mãos de homens livres, o que mostra uma resistência desse camponês ante a dominante grande propriedade. As difíceis condições de vida desses homens tornavam quase impossível resistir à pressão econômica e social exercida por nobres e religiosos locais, que utilizavam sua influência para submeter os pequenos proprietários ao seu controle.

Pelo exposto até aqui, o grupo que prevalecia era composto pelos pequenos camponeses que trabalhavam em terras que não lhes per-

tenciam, que recebiam o nome de *mansos*, ou seja, parcelas de terra das quais usufruíam. No entanto, esses camponeses continuavam dependentes do proprietário da terra. Essas parcelas, originariamente, haviam sido lotes de terra capazes de alimentar uma família, mas logo foram convertidas em fonte de rendas para os grandes senhores. O usufruto do *manso* acarretava também a obrigação de proporcionar ao senhor mão de obra (corveias), em que todos os membros deveriam prestar serviços ao seu senhor.³

Dentro dos *mansos* podiam ser encontrados colonos denominados escravos ou servos, porém o escravo, nesse caso, não tem a conotação clássica, mas um caráter de dependência distinto do servo, visto que o escravo não possui nenhum direito jurídico.

A desaparecimento da noção de Estado deixou o indivíduo mergulhado em um mundo de inseguranças, o que o levou a procurar novos marcos de relação social que pudessem proporcionar alguma segurança. Temos então a família, as relações de dependência com o senhor e a aldeia.

A família dessa época é um grupo extenso que conjuga seus interesses e se ajuda mutuamente. O patrimônio é coletivo e todos habitam no mesmo local, sendo os laços familiares muito fortes, e como prova temos o costume da vingança de sangue, que leva todo o clã a perseguir e castigar aquele que tenha de alguma forma causado dano a algum membro da família.⁴ Porém, num mundo cheio de violência, a família não é o suficiente para proporcionar segurança, faz-se necessário então recorrer à proteção de um poderoso, visto que o conceito de Estado se perdeu.

O outro marco de relação social fundamental junto à família seria a comunidade aldeã. De difícil definição, por serem de origens

3 O *manso* se assemelha ao *tupu* dos incas, que era também o lote de terra distribuído a cada família anualmente para sua subsistência. Em troca disso, o *hatun runa* (homem comum) passava a ter uma série de obrigações em relação não a um senhor, mas ao Estado, pois tinha que pagar tributo em espécie (alimentos) ou em trabalho.

4 “O primeiro dever de um membro de uma linhagem era a vingança” (Bloch, 1982, p.254).

romana ou germânica e com funções distintas, não se pode afirmar que tipos de comunidade existiram. Entretanto, se partirmos do pressuposto de que só poderiam existir comunidades de aldeia quando o grupo camponês possuísse uma organização interna, uma personalidade jurídica e a consciência de fazer parte de uma comunidade que tivesse capacidade de organizar seu território, verificamos que nessa época não existiu comunidade de aldeia como marco de relação. Uma das características da época é exatamente a itinerância dos núcleos de povoamento, ou seja, era difícil haver um enraizamento permanente de povoamento em núcleos mais ou menos concentrados. Com os avanços no setor agrícola, apareceram os mercados que deram origem às futuras aldeias medievais. Por volta dos séculos X e XI, começaram a aparecer as aldeias com a ajuda de grandes senhores, que viram nisso a possibilidade de controlar os camponeses.

Entre os séculos XI e XIII, o Ocidente cristão viveu a etapa de maior esplendor de todo o medievo, período em que se consolidou o sistema feudal. A população europeia aumentou consideravelmente nesses séculos, havendo conseqüentemente um aumento da mão de obra disponível e uma maior produtividade agrícola. Praticamente desapareceram as grandes ondas epidêmicas, e o clima bélico vivido desde o século V diminuiu consideravelmente. Houve a melhoria de equipamentos técnicos e a ampliação dos espaços explorados, e, com isso, a natureza começou a ser estudada com a finalidade de poder extrair dela melhores rendimentos (Cortázar, 1990, p.133-5). Mereceu destaque também o progresso das artes mecânicas, como o moinho, que se tornou um elemento presente na paisagem tecnológica do camponês.

Essas melhorias levaram o camponês a ultrapassar os limites impostos por seu mundo e a lançar-se à aventura de explorar novas terras, um fenômeno denominado arroteamento, ou seja, colocar em cultivo uma terra até então inexplorada (Duby, 1980, p.215-6). Isso demonstra uma mudança de mentalidade em que esse camponês como pioneiro ou colonizador buscou novas terras porque não temia mais regiões desérticas.

Durante esse período de expansão econômica, surgiram novos marcos de relações sociais. Em primeiro lugar, houve uma mudança no tipo de unidade familiar, pois a antiga família extensa de origem germânica foi substituída pela nuclear ou conjugal. A busca por novas terras levou ao fim das grandes famílias, passando a haver um incentivo à exogamia, sendo também importante o papel da Igreja nesse processo, já que ela passa a outorgar ao matrimônio a categoria de sacramento. As comunidades camponesas que antes se baseavam na mobilidade e dispersão se transformaram nas primeiras aldeias configuradas como um conjunto de famílias nucleares que se autogovernaram por meio de reuniões de todos os membros. Entre suas responsabilidades, estariam a ordenação do território e a regulação dos problemas comuns, o que criava fortes laços entre os componentes da aldeia.

Muitos desses agrupamentos de camponeses estavam ligados a fenômenos religiosos, pois paróquias e confradias serviram para unir os membros dessas comunidades. O templo era o lugar das reuniões, e o sino servia para convocar os camponeses não apenas para a missa, mas também para resolver as questões relativas à comunidade (Le Goff, 1984, v.2, p.73). As confradias, compostas por indivíduos que tinham por objetivo fazer obras de caridade, também se converteram em uma nova forma de coesão para o grupo de camponeses. Porém, essa forma idílica de igualitarismo social terminou rápido, pois os senhores feudais perceberam que incentivar a formação de aldeias era uma nova forma de controlar os camponeses. Sendo assim, a sociedade da época prosseguiu feudal, com uma parte da população subjugada por uma elite senhorial.

Nesse período, o camponês já não estava isolado, pois encontrou na aldeia e no que esta tinha de organismo de representação da comunidade uma célula, um marco jurídico de relação entre iguais. Nesses novos marcos de relação, foi possível conseguir o poder que o indivíduo não possuía e só o grupo podia conseguir.

A expansão monetária durante a Idade Média também acarretou mudanças sociais no campo, que deram origem a novos tipos de camponeses. A moeda circulava em abundância, principalmente nas

idades, mas logo chegou ao campo, pois havia grande investimento em melhorias tecnológicas e renovação de equipamentos agrícolas. Apareceu um novo conceito de riqueza não mais entendida como posse de terras, mas como capacidade econômica para comprar, vender ou investir, que logo se transformou num novo fator de distinção social.

As mudanças ocorridas nesse período começaram a afetar os camponeses não livres, que passaram a poder economizar dinheiro e mais tarde comprar sua própria liberdade. Os camponeses que tinham pequenas parcelas de terra passaram a produzir excedentes para levar ao mercado local e com esse dinheiro puderam substituir a prestação de serviços pessoais ao seu senhor, o que permitiu que eles dedicassem mais ao seu pedaço de terra ou a outros trabalhos paralelos. Dessa forma, percebemos que ocorreram mudanças no sistema clássico de exploração da grande propriedade, pois começam a desaparecer os antigos *mansos*, que foram substituídos paulatinamente por outros modos de posse de terras, mais ajustados às necessidades do momento. Houve, por exemplo, a concessão de terras por um proprietário para usufruto de um camponês, mediante um contrato em que se fixavam as obrigações que o usufruidor deveria ter.

No topo do grupo de camponeses proprietários, encontravam-se os lavradores que investiam na melhoria de equipamentos técnicos, podendo ampliar suas antigas parcelas em um mercado imobiliário em expansão. Isso permitiu que eles alcançassem importante posição dentro das comunidades aldeãs, transformando-se na oligarquia que representou os interesses perante o poderoso.

Um resultado da corrente monetária no mundo rural foi o aparecimento do endividamento, tanto por parte daqueles que possuíam apenas uma parcela de terra como entre os pequenos proprietários. Os primeiros não conseguiam dinheiro para pagar o montante que substituía a corveia, e os segundos não conseguiam investir o mínimo em melhorias agrícolas. Em razão disso, os dois grupos se viram obrigados a vender sua força de trabalho para conseguir alimento. Indivíduos sem terras ou com minifúndios eram convertidos em proletários rurais.

Os senhores, por sua vez, viviam das rendas geradas pelo domínio da terra e das que derivavam do exercício de poder mandar e castigar. Essas rendas eram obtidas por meio do poder jurisdicional e da aplicação das *banalidades*, ou seja, o pagamento pelo uso dos monopólios senhoriais, como o moinho e o forno.

Esse desnível entre senhores e camponeses vai levar ao início da crise do feudalismo, que se fez notar com mais intensidade a partir do século XIV.

No século XII, começaram a aparecer os primeiros sintomas do mau funcionamento do sistema econômico e social que, por vezes, estavam relacionados à dificuldade de manter uma economia rural de tipo extensivo, que só poderia existir mediante a ampliação do espaço. Isso era difícil, pois havia poucas terras propícias ao cultivo, levando à dificuldade de alimentar a população. Houve também mudanças climáticas que geraram más colheitas e desajustes dos preços. Como havia uma superpopulação, surgiram os problemas de abastecimento e o fantasma da fome voltou a assolar.

A partir do século XIV, surgiram as grandes epidemias de peste, e a Catalunha foi a zona espanhola mais afetada por essas infecções, o que gerou uma série de movimentos migratórios de camponeses em fuga de forma incontrolada dos locais afetados, provocando uma grave distorção dos esquemas demográficos do mundo rural. A guerra, também muito generalizada nesse século, produziu não só a morte em combate, mas também destruição de plantações, queima de aldeias etc., provocando uma diminuição da população camponesa e a desarticulação da estrutura econômica e do hábitat que a suportava. A fome, a peste e a guerra foram responsáveis pela destruição dos núcleos de povoamento.

Essas alterações proporcionaram o aparecimento de novas formas de exploração da terra e de trabalhos não agrícolas. Passaram a existir os arrendamentos de terras por períodos entre cinco e doze anos, o que propiciava a adequação da renda às oscilações do mercado. A renda era proporcional à colheita, e tanto o proprietário como o camponês ganhavam, pois o primeiro ganhou certa autonomia e o segundo pôde modificar o valor da renda a ser recebida de tempos

em tempos. O novo mercado de trabalho para o camponês estava ligado às atividades artesanais, em que este recebia por peça terminada, e, geralmente, esse artesanato estava ligado aos setores têxtil, metalúrgico, da construção, do couro, do vidro etc. Essas tarefas acabaram se convertendo em um complemento à economia camponesa, baseada na exploração da terra.

Esse período foi extremamente conturbado, tendo ocorrido diversas revoltas camponesas contra a opressão em que estes viviam, pois muitos deles possuíam pouca liberdade. No caso espanhol, em 1480, os reis católicos precisaram recordar que os *solariegos* tinham a mesma liberdade de domicílio e deslocamento que os demais naturais de Castela e também tiveram que reafirmar a condição de plena liberdade jurídica que correspondia aos homens de *behetría* e declarar a condição *realenga* de muitos dos lugares habitados por eles (Quesada, 1999, p.78).

Durante o auge do feudalismo, houve grande expansão agrária, aumento de produção e também de população, mas logo seguiram-se anos de crise quando grandes epidemias assolaram a Europa e os pequenos camponeses mais uma vez foram forçados a buscar o apoio de grandes senhores. Surgiram nesse período, como já vimos, várias instituições propiciadoras de dependência pessoal, bem como da perda de posse territorial.

Sabemos que, na história medieval espanhola, o marco de relação social fundamental, junto à família, foi a comunidade de aldeia e que teve na *behetría* sua mais importante expressão. Sua origem estava ligada aos modelos de aldeia romanos e germânicos, que tinham por características possuir uma agrupação camponesa com organização interna e posse territorial, uma personalidade jurídica e a consciência de fazer parte de uma comunidade capaz de organizar seu território. Mas, por causa das vicissitudes medievais, a comunidade perdeu o direito de se autogerir.

Os homens de *behetría*, embora tivessem liberdade jurídica, o que lhes permitia se deslocar e trocar de senhor quando assim considerassem necessário, ao se defrontarem com a nova realidade feudal, passaram a compor um novo tipo de quadro social de semisser-

vidão. Tinham de trabalhar para o seu protetor, e a terra que antes era sua propriedade passa também ao controle de seu senhor. A comunidade aldeã é convertida em um local de armazenamento de mão de obra a serviço de um grande proprietário de terras, e esse grupo que antes tinha como principal vínculo a posse da terra perde-o em troca de proteção.

Com base nessas concepções de comunidade, poderemos tentar entender por que os cronistas do século XVI, ao tratarem das características familiares incas, as relacionaram constantemente com exemplos de organizações rurais próprias do medievo europeu em que o vínculo territorial era mais importante do que o consanguíneo.

Os reis católicos (1469-1516) e a América imaginária

Durante o reinado de Fernando e Isabel, os reis católicos, que uniram as coroas de Aragão e Castela por meio do casamento, a Espanha era um conjunto de territórios diversificados e não um único Estado.

Fernando e Isabel conseguiram pacificar os Estados espanhóis, pois estavam presentes em todas as localidades às quais fossem chamados, tendo viajado muito por todo o reino. Tinham consciência de que a paz nas cidades era indispensável para manter o território articulado, por isso fizeram alianças com as elites urbanas em cada reino (Kamen, 1984, p.40, 54).

No final do século XV, os Estados espanhóis eram pobres, e, enquanto em algumas regiões havia abundância de alimentos, em outras as pessoas morriam de fome. A falta de unidade política era seguida da desunião econômica. Os reis católicos precisavam solucionar esses problemas. Primeiro, expulsaram os árabes de seu último reduto, Granada, em 1492 e, no mesmo ano, foram procurados por Cristóvão Colombo, que, antes repudiado, recebeu a proteção de Fernando e Isabel, partindo para a sua primeira viagem, que culminou com a descoberta da América (ibidem, p.89-99). Com esse aconte-

tecimento, começaram as modificações econômicas, políticas e sociais nos Estados espanhóis, por causa dos metais preciosos que passaram a circular em Castela.

Castela foi o reino mais importante entre os Estados espanhóis desse período, pois tinha vários fatores a seu favor. A rainha Isabel formou um exército, desenvolveu a agricultura e o comércio, mandou codificar as leis de Castela (“*Ordenanzas reais*”) e, por meio da centralização do poder, tentou implantar o Estado moderno, o que beneficiou o crescimento de Castela (Sanchez, 1945, p.273-80). Desse modo, Castela destacou-se e foi a responsável pela descoberta da América, pois daí partiram os anseios metalistas capazes de atender a uma sociedade em expansão.

Mesmo sendo um grande acontecimento, a descoberta da América não suscitou grande interesse por parte dos europeus, a não ser entre alguns humanistas e religiosos ou entre aqueles que tinham interesses profissionais, como é o caso dos mercadores. Isso se deve ao fato de que a Europa estava em pleno Renascimento, período em que as ideias humanistas imperavam e as antiguidades clássicas eram cultuadas (Elliot, 1984, p.22-7). Os cronistas da época sentiram uma grande dificuldade em descrever a singularidade da América, mas, diante da autoinsatisfação da cristandade do século XV, esta passou a ser descrita como o paraíso perdido em que os humanistas projetaram seus sonhos desencantados. Assim, a Europa, símbolo de corrupção, foi posta em oposição a essa América imaginária que representava a inocência (ibidem, p.34-9) e o local das utopias.

Para alguns cronistas, como Fernández de Oviedo (1959), a América simbolizava a possibilidade real de enriquecer, dependendo apenas da destreza de cada um. Não existe em Fernández de Oviedo (1959, p.361) um projeto de transformação coletiva de um território ou sociedade com a finalidade de alcançar uma organização social perfeita, o que existe é uma monarquia católica espanhola em processo natural de expansão em que os indivíduos que dele participam ganham a vida com seus trabalhos, o que para ele é legítimo. Cieza de León (1991) também segue a ideia típica dos conquistadores, de que o importante são os ganhos a alcançar nessas

novas paragens. Preocupa-se com o resultado da conquista e colonização, mas, ao contrário de Fernández de Oviedo (1959), é extremamente otimista em relação ao assunto. León (1991) projeta no Novo Mundo seus planos de vida melhor, o que o leva a aproximar-se do discurso utópico em que a América se transforma no local propício a suas realizações pessoais. Ele não era possuidor de grandes conhecimentos, o que o afasta de um discurso utópico humanista, mas é interessante perceber essa versão simplificada da utopia renascentista.

Para López de Gómara (1946, p.156, 166), grande humanista, também era lícito pretender enriquecer-se na América, mas o mais importante era perceber que a conquista espanhola foi um ato providencialista de Deus para que a Espanha fosse a responsável pela conversão indígena e como prêmio deveria ser recompensada com as riquezas encontradas no Novo Mundo. A colonização da América não deixou de ser uma continuidade da Reconquista contra os mouros e da conversão dos hereges; sendo assim, os espanhóis estavam sempre a serviço de Deus.

Vários cronistas compartilharam da ideia de que a América era o lugar da utopia, da projeção de ideias e ideais que poderiam dar origem a uma nova sociedade, um novo homem, imaginado por cada um deles de acordo com seus interesses e desejos (Valcárcel Martínez, 1997, p.74). Por isso, para a América foram vários aventureiros, e, segundo Henry Kamen (1984, p.155), os pioneiros não eram nobres e sim espanhóis pobres, muitos soldados, marinheiros sem emprego e alguns jovens de poucos recursos, todos em busca da realização de seus sonhos.

Francisco Solano (1988, p.24-31) acrescenta que esses colonos-soldados, em sua maioria, tinham já idade madura, eram voluntários e desenvolveram nas Índias o mesmo ideário religioso da luta medieval. Assim, a conquista é uma cruzada e o conquistador um cruzado, porque a cruz é o símbolo que acompanha sua ação.

Desse modo, Castela transformou-se na potência dominante do mundo, graças à América. Os reis católicos conseguiram manter os Estados espanhóis articulados nesse período, mas começaram a so-

frer com as graves tensões geradas pelas ideias de Reforma e Contrarreforma. Mesmo assim, trata-se de

[...] un período extraordinariamente rico y variado de la historia de España, en el cual una sociedad medieval reorganizada y rearticulada, cada vez más expuesta a las influencias intelectuales exteriores, se vuelca hacia el exterior en busca de un imperio de ultramar y se encuentra a sí misma inserta en una misión imperial y religiosa única. (Elliot, 1990, p.52)

Os espanhóis conquistaram a América e não necessitaram empregar grande esforço para isso, pois havia vários fatores a seu favor. Francisco Solano (1988) defende a ideia de que foi a falta de armamento adequado por parte dos indígenas e a divisão tribal em etnias que facilitaram a conquista. Guillermo Castillo (1988) remete à ação microbiana a culpa da derrota dos povos indígenas perante os espanhóis. Numa teoria que abarca mais fatores, Pedro Azancot (1988) enumera as diferentes enfermidades, a presença do cavalo e das armas e a introdução do gado europeu como elementos de destruição. A conquista da América é um episódio que merece um estudo mais aprofundado, não sendo, entretanto, esse o nosso objetivo.

Expusemos alguns dados sobre o contexto histórico da Espanha no período pré-conquista e no início do período colonial. Os conquistadores espanhóis, apesar de pertencerem à Idade Moderna, estavam imbuídos das categorias medievais, como a preocupação com a alma e o fanatismo religioso, o espírito de aventura e sua tendência a realizar-se em horizontes estranhos, e, embora tenham vindo em busca de ouro, ambição do homem moderno, não deixaram de lado a ortodoxia escolástica.

Esses homens que cruzaram o oceano em busca de sonhos, riquezas e movidos pela fé encontraram um mundo novo, exuberante, em que puderam realizar seus planos de expansão. De uma Espanha conflituosa, saíram tais homens comuns, desprovidos de grandes ensinamentos, que, no jogo da alteridade, aprenderam a desvendar-se e a olhar o autóctone americano com admiração, re-

púdio, desconfiança ou, até mesmo, com benevolência, sentimentos antagônicos próprios de um encontro cultural.

Foi graças a esse processo que chegaram até nós as crônicas que representaram o mundo indígena de acordo com o que os cronistas conheciam. Muito embora, na história da Península Ibérica desde o final da Idade Antiga, tenha havido a presença de grupos de famílias extensas, na Idade Média o vínculo de parentesco perde a importância quando comparado ao territorial, e é essa a imagem que os espanhóis vão descrever em suas obras. Pelo fato de a documentação produzida por cronistas espanhóis e indígenas estar impregnada de noções europeias, faz-se necessária uma interpretação cuidadosa dessas obras para conhecermos os diversos significados atribuídos ao *ayllu* e as transformações ocorridas com essa estrutura no período colonial.

Para o conquistador espanhol, era necessário reorganizar a mão de obra indígena a seu favor, e, para tal, fizeram primeiro o *repartimiento* de índios e terras, depois instalaram o sistema de *encomienda* e finalmente planificaram as reduções. Percebemos que a concepção de comunidade, como organização medieval, é reempregada nas reduções do vice-rei Toledo, e, desse modo, origina-se a ideia de ser o *ayllu* uma comunidade, o que antes das reduções não existe. O *ayllu* é um grupo ligado por sistema de parentesco que possui ou não um território e que mantém relações de reciprocidade produtiva, enquanto a comunidade é uma organização colonial eminentemente territorial que tem por objetivo o armazenamento de mão de obra. Os cronistas não tinham como não recorrer às suas próprias tradições para descrever o mundo indígena, e, por isso, vemos, nas fronteiras discursivas encontradas em suas obras em conjunto com as práticas culturais vividas por espanhóis e índios, surgir a representação do *ayllu* pré-hispânico e colonial.